JULHO DE 2006 ■ ANO XX ■ Nº 725 ■ SEG 17 ■ TER 18 ■ QUA 19 ■ QUI 20 ■ SEX 21 ■ SÁB 22 ■ DOM 23 ■ sintufrj.org.br ■ sintufrj@sintufrj.org.br

JORNAL DO Sintufrj
FASUBRA CUT
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Arregaçando as mangas

Buscando seguir as deliberações do estatuto do Sindicato, reunida na semana passada, a Coordenação de Organização e Políticas Sindicais do SINTUFRJ definiu como prioridade a instalação do Conselho dos Delegados e Delegadas Sindicais de Base. A partir de agosto, o debate sobre a organização do conselho será levado aos locais de trabalho. *Página 2*

28,86%, 26%, 3,17%

Saiba as últimas informações prestadas pelo assessor jurídico do Sindicato sobre as ações judiciais na assembléia realizada na terça-feira, dia 11. *Páginas 3 e 4*

Consuni homologa enquadramento

Mas Ministério do Planejamento informa que atrasados serão pagos em parcelas

O Conselho Universitário homologou a segunda etapa do enquadramento em regime de urgência na sessão de quinta-feira, 13 de junho. O enquadramento por capacitação é retroativo a janeiro. Isso gera uma diferença de enquadramento de janeiro a junho. Segundo o Ministério do Planejamento, estes atrasados serão pagos em 3 parcelas.

PRÓ-REITOR DE PESSOAL na sessão de homologação do enquadramento no Conselho Universitário

Na defesa da filosofia

Estudantes querem a disciplina no vestibular da UFRJ. *Página 7*

Conselho de Delegados de Base é prioridade política

Buscando seguir as deliberações do estatuto do SINTUFRJ, a Coordenação de Organização e Políticas Sindicais tirou como prioridade a instalação do Conselho dos Delegados e Delegadas Sindicais de Base, por entender que só através de uma forte organização de nossa categoria poderemos alcançar as metas e objetivos traçados por nossa entidade sindical. É incontestável que o envolvimento da direção executiva com suas bases é fundamental para ampliar a participação dos trabalhadores em educação da Universidade na construção de um movimento forte, capaz de sustentar os desafios que a luta impõe.

E com o objetivo de cumprir esta importante deliberação, a Coordenação de Organização e Políticas Sindicais estará elaborando um calendário de visitas as unidades e eleição dos delegados(as), incluindo a representação de aposentados(as). O Conselho de Base será o elo da direção com sua base na elaboração de políticas para o conjunto da categoria.

Reunião de Aposentados

Data: 25 de julho de 2006
Local: Subsede do HU
Horário: 10 horas
Pauta: Enquadramento, Ações Judiciais, Apresentação da Nova Coordenação, Assuntos Gerais.

FGTS: plantão do advogado

O advogado Júlio Romero estará atendendo os interessados a partir das 10h desta quarta-feira, dia 19, na sede do SINTUFRJ.

Assembléia
ESPECÍFICA
Titulares do plano Golden Cross/SINTUFRJ
Dia 18/07
terça-feira, 14 horas
AUDITÓRIO DA SUBSEDE DO SINTUFRJ NO HU
PAUTA
■ Informes
■ Proposta Final da Golden Cross
■ Encaminhamentos e Alternativas
Sintufrj
www.sintufrj.org.br
e-mail: sintufrj@sintufrj.org.br

Operadores de máquinas agrícolas

Foto: Niko Júnior

LUTA. Trabalhadores que dão prova de obstinação

Na terça-feira, dia 11, o superintendente de Pessoal, Roberto Gambine, Luciano Nascimento pelo SINTUFRJ e Neuza Luzia ex-diretora que desde a gestão anterior acompanha o processo, realizaram reunião com os operadores de máquinas agrícolas da UFRJ. Nesta reunião foram apresentados novos documentos encontrados na Pró-Reitoria de Pessoal. As informações contidas nos documentos foram analisadas e vão ser encaminhadas à Reitoria em uma reunião conjunta, que será realizada em agosto. A partir daí a Reitoria, de posse da nova documentação, encaminhará novos desdobramentos para a situação dos operadores. A luta dos operadores de máquinas agrícolas já dura 15 anos. Por um erro administrativo, eles foram enquadrados como serventes. A persistência desses trabalhadores mostra o quanto a vitória é merecida. A próxima reunião será na terça-feira, dia 1º de agosto, com a participação do reitor Aloísio Teixeira e do procurador da UFRJ, na Reitoria.

CARTA

NCE: pagamento de fiscais

Gostaria, mas não sei como proceder, de mostrar minha insatisfação e protesto quanto à maneira como vem sendo tratado o pagamento aos fiscais de concursos administrados pelo NCE da UFRJ. Em tempos anteriores éramos pagos com cheque no próprio dia da prova. No entanto foi adotado o sistema de pagamento no Banco do Brasil, diretamente no Caixa, primeiramente em período curto, porém, já algum tempo, isso só ocorre, no mínimo, em dois meses ou até mais, costumeiramente, o que considero ser uma afronta para as pessoas que dispõem do seu dia de descanso, chegando nos locais de prova ainda de madrugada pois o horário de chegada é 6 horas da manhã e saindo lá pelas 13 horas da tarde.

Torna-se inadmissível tal procedimento por parte do administrador do concurso, neste caso o NCE, pois todos têm seus compromissos e as pessoas que lá comparecem para trabalhar, se o fazem é porque necessitam de um ganho a mais, haja vista que outras Fundações mesmo quando pagam depois não levam tanto tempo.

Peço que este e-mail seja publicado como Nota de protesto no Jornal da SINTUFRJ para que seja público e, quem sabe, uma revisão por parte daquela administração.

Grata,

Sonia Rosa,
funcionária da PR-4

Amil

Adesão ao Plano de Saúde

Período: começou na terça-feira, 11, e irá se estender até a próxima sexta, dia 21 de julho

Mais informações com Cláudia no Setor de Convênio pelo telefone 2270-5268.

2 – JORNAL DO SINTUFRJ – Nº 725 - 17 a 23 de julho de 2006 - www.sintufrj.org.br

JORNAL DO SINTUFRJ
JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21944-970 - CGC:42126300/0001-61

Coordenação de Comunicação Sindical: Denise Francisco Góes, Odilon Campinas Filho e Jeferson Mota Salazar / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / **Edição:** L.C. Maranhão / **Reportagem**: Ana de Angelis, Lili Amaral e Regina Rocha. / **Estagiária:** Renata Souza / **Secretaria:** Katia Barbieri / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Luís Fernando Couto e Caio Souto / **Assistente de Produção:** Jamil Malafaia / **Ilustração:** André Amaral / **Fotografia:** Niko Júnior / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem**: 11 mil exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / **Correspondência:** aos cuidados da Coordenação de Comunicação. **Fax:** 21 2260-9343. Tels: 2560-8615/2590-7209 ramais 214 e 215.

TRABALHADORES SE ORGANIZAM

Assembléia movimenta categoria

Assessor jurídico prestou esclarecimentos sobre ações judiciais

A assembléia de terça-feira, 11, foi bastante movimentada e participativa. A categoria presente ao auditório do CT elegeu os delegados à plenária nacional da Fasubra, realizada na sexta-feira e no sábado, dias 14 e 15, e se atualizou em relação aos andamentos dos processos judiciais dos 28,86% e 3,17%. O assessor jurídico do Sindicato André Viz estava presente e esclareceu dúvidas de vários trabalhadores, como também expôs as dificuldades que ainda existem para se romper o intrincado ritual burocrático da justiça e garantir alguma agilidade na tramitação das ações.

Os três coordenadores da entidade - Ana Maria Ribeiro, Marcílio - Lourenço e Francisco de Assis dirigiram a assembléia. Eles se revezaram nos informes gerais aos técnicos-administrativos. A respeito, por exemplo das últimas negociações com o governo sobre as pendências da nova carreira e da mobilização dos Grupos de Trabalhos (GTs) locais com vistas à participação nos encontros ampliados organizados pela Fasubra, em Brasília. Todos os GTs (Anti-racismo, Educação, Saúde) elegeram seus representantes para esses fóruns, que ocorrem durante esta semana.

Nesta assembléia, também, a categoria foi informada da realização na quinta-feira, 13, do Seminário de Ascensão Funcional, da Fasubra, que teve a participação de representantes eleitos da base da UFRJ. E que o SINTUFRJ vai participar do Encontro Regional que discutirá "Os rumos do sindicalismo e a relação com a CUT e os HUs". O evento está previsto para os dias 11 e 12 agosto, no SINTUR-RJ, em Itaguaí. E com o objetivo de aprofundar os temas deste regional, o SINTUFRJ já está convocando a categoria para o seminário local, dia 3 de agosto, das 9h às 17h, em local a ser definido.

Foto: Niko Júnior

ABRINDO OS TRABALHOS. Primeira assembléia do mandato iniciado em junho.

O andamento dos processos

Na assembléia realizada na último dia 11, o assessor jurídico do SINTUFRJ, André Viz, informou sobre o desenvolvimento das ações judiciais que tiveram os cálculos de atrasados liberados pela UFRJ no dia 18/5/2006.

28,86% – Neste processo foram apresentados os cálculos para o juiz, mas em razão da resistência do desembargador que cuida do recurso, e que tem em seu gabinete o processo principal, não foi possível juiz determinar a intimação da Procuradoria. Ele alega que tem que julgar primeiro o recurso sobre a legitimidade do Sindicato para então determinar o processo. Este recurso deverá ser julgado nos próximos dias. As contas feitas pela UFRJ neste caso referem-se somente à parte que o Governo já reconheceu, isto é, de 8.600 servidores serão beneficiados. Deste total, cerca de 5.000 de direito a precatórios acima de R$ 21 mil e 3.600 a requisições de pequeno valor (abaixo de R$ 21 mil). Quando o processo retornar para a Vara e o juiz determinar a intimação, o procedimento será o mesmo dos demais processos.

28,86% DOS PENSIONISTAS – Os cálculos também foram apresentados em maio e a Procuradoria também recebeu a intimação em 16 de junho. Estamos aguardando o término do prazo para saber se haverá alguma contestação. O prazo também é de 30 dias para resposta. Durante este período aguardaremos a entrega dos cálculos individualizados por pensionistas, o que poderá resultar na apuração de valores individuais de até R$ 21 mil, com a possibilidade, em caso de concordância, de pagamento ainda este ano.

26% (PLANO VERÃO) – O processo foi encaminhado a Brasília para exame de mudança de rubrica. Cerca de 8 mil trabalhadores participam do processo e aguardam um desfecho, favorável, desde 1992.

3,17% – Os cálculos foram apresentados ao juiz, que solicitou a apresentação de todas as contas impressas, exigência que foi cumprida no prazo de uma semana, com a entrega de mais de 60.000 documentos. O juiz ordenou a intimação da Procuradoria, que teve sua comprovação no processo no dia 16/6/2006, com prazo de 30 dias para a resposta. O prazo ainda não terminou, mas ultrapassou a data de 1º de julho, não existindo mais a possibilidade de pagamento de precatórios (quem tem mais de R$ 21 mil para receber) no exercício de 2007, ficando então para 2008.

Neste caso, somente cerca de 1.500 sindicalizados é que se encontram nesta situação e terão que aguardar um pouco mais. Durante esta semana fomos informados de que a Procuradoria está questionando apenas aqueles que receberam valores nos Juizados, alegando que estas pessoas não têm direito nem a atrasados e nem à incorporação. Mas a resposta formal no processo ainda não aconteceu, e teremos que aguardar o término do prazo para divulgarmos uma posição oficial do que ocorrerá no processo.

(continua na página seguinte)

Continuação da página anterior

TRABALHADORES SE ORGANIZAM

28% para redistribuídos

Assessor também reconhece irregularidade cometida pelo ministério

Na quarta-feira, 12, o advogado André Viz, os coordenadores do SINTUFRJ, Marcílio Lourenço e Nilce Corrêa, e o superintendente de Pessoal, Roberto Gambine, se reuniram em Brasília com o assessor jurídico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, (MPOG), que garantiu o pagamento dos 28,86% aos trabalhadores que fazem parte do processo do SINTUFRJ e que se encontram atuando em outras universidades federais (redistribuídos). Isso poderá ocorrer já neste mês de julho. Só está dependendo de uma formalização do MPOG.

INSALUBRIDADE – Nesta mesma reunião, em Brasília, o assessor jurídico do MPOG admitiu que o ministério cometeu irregularidades ao cortar dos contracheques os adicionais de insalubridade, periculosidade e radiação ionizante nos quais incidem efeitos de decisões judiciais. Ele garantiu que despacharia o processo administrativo aberto na UFRJ pelo Sindicato, restabelecendo os pagamentos ainda este mês.

O processo administrativo do SINTUFRJ questiona que não houve análise das decisões judiciais e não garantia o direito de defesa dos funcionários da Universidade.

COORDENADORES do SINTUFRJ e o assessor jurídico estiveram em Brasília.

NOTAS

Delegados à plenária da Fasubra (dias 14 e 15/7)

Esses são os delegados que foram representar a categoria na plenária da Fasubra da semana passada: Eliezer Higino Pereira, Jorge Pierre, Nilce da Silva Corrêa, Huascar Costa Filho e Albana Azevedo na qualidade de representante da categoria. Esta plenária discutiu conjuntura nacional e internacional, analisou os resultados das reuniões dos GTs e da mesa setorial com o governo que tratou do VBC e da estrutura da tabela salarial e deliberou sobre o regimento da XIX Confasubra.

Representaram a categoria no Seminário de Ascensão Funcional (dia 13/7, Brasília) os seguintes companheiros: Risaneide Alves Cordeiro, Isabel Gondim de Paula, Juscelino Ribeiro de Souza e Patrícia Ferreira Cerqueira Leite.

Delegados às reuniões dos GTs, em Brasília:
Anti-racismo (17/7) – Denise Góes e Eliezer Higino Pereira.
Educação (19/7) – Ana Maria Ribeiro, Vera Barradas e Albana Azevedo.
Saúde e Seguridade (de 19 a 22/7) – Huascar C. Filho, Noemi Andrade e Maury Cantalice.

Vigilância define delegados

Vigilantes da UFRJ, em reunião realizada dia 7 na sede do SINTUFRJ, escolheram seus representantes para o Seminário Nacional de Segurança da FASUBRA, entre 4 e 8 de setembro em Natal. Participarão 25 vigilantes (há ainda um suplente) do evento que, segundo um dos delegados, Juscelino Ribeiro, pode ser equiparado a uma plenária nacional, pois reúne representantes de todo o país na discussão de temas como conjuntura, análise sobre a carreira, armamento e tecnologia.

A reunião tratou ainda de informes da Carreira e de especificidades que tocam ao segmento dos Vigilantes, dos grupos de trabalho do Sindicato que se formaram na semana retrasada e da conjuntura política local e nacional.

Futebol dos servidores

A Coordenação de Esporte e Lazer do SINTUFRJ e a PR-4 convidam os representantes das equipes de futebol para o Campeonato Marlene Ortiz de Futebol de Campo dos servidores da UFRJ/2006. A comissão organizadora, reunida na quinta-feira, definiu ações e datas para a realização do evento. As pré-inscrições das equipes serão realizadas a partir do dia 17 de julho, das 8h às 16h, e o término está previsto para dia 21 de julho. Os interessados devem procurar a Coordenação de Esporte e Lazer (Jorge Ignácio, Jorge Pierre e Antônio de Assis) na sede do Sindicato, Nelson Vial no gabinete da PR-4 ou Sady no hall da Reitoria. Os representantes das equipes estão convidados a participarem da próxima reunião da comissão organizadora que ocorrerá no dia 19 de julho, às 14h, na sala 810 no prédio da Reitoria.

Vale lembrar que o campeonato de futebol é um eventos importante para a categoria, pois reúne cerca de 600 servidores e possibilita a interação geral. No final do campeonato, além da confraternização, as equipes que obtiverem do primeiro ao terceiro lugar recebem a premiação. A novidade deste ano é a parceria travada entre a PR-4 e o SINTUFRJ. E o campeonato traz o nome da companheira Marlene Ortiz em sua homenagem.

Posse no IG

O professor Antônio Tavares Carneiro – que liderava a chapa única que concorreu à eleição – foi reconduzido à direção do Instituto de Ginecologia da UFRJ para um mandato que vai se estender até 2010. O pleito foi realizado nos dias 3, 4 e 5 de julho. Professores, funcionários e alunos têm pesos distintos (com maior peso para os professores) na apuração dos votos, uma vez que no instituto não vigora o critério da paridade. Integraram a Comissão Eleitoral Washington Ramos Castro (funcionários), Roberto José Lima (docentes) e Lucimar Penha Campos (estudantes). Foram 186 votos entre válidos, brancos e nulos.

Curso de Jardinagem

A diretora do Horto, Beatriz Emilião, estendeu as vagas do Curso de Jardinagem para pessoas que tenham a partir da 7ª série. Mais informações: 2598-9215.

CARREIRA

Ascensão na agenda de luta

Projeto de emenda constitucional pode ampliar perspectiva profissional de funcionários

Você pode progredir em níveis de capacitação, dentro do seu cargo. Mas se você se formou e atua no seu dia-a-dia numa área, digamos, mais complexa, do ponto de vista da carreira vai continuar com seu cargo de origem. Com isso é comum vermos técnicos-administrativos atuando em áreas de destaque em pesquisas, por exemplo, mas ainda no cargo de assistente em administração. Para que haja mudança de cargo, teria de haver o dispositivo da ascensão funcional. No entanto, há interpretações jurídicas de que a Constituição Federal não permite a ascensão funcional.

Mas há uma proposta de emenda constitucional em curso que, se aprovada, pode reverter isso e permitir que o servidor, por exemplo, no cargo de auxiliar de enfermagem, possa pleitear o cargo de enfermeiro.

O deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, relator da proposta de emenda constitucional (PEC 206/03), que trata da ascensão funcional no serviço público federal, reuniu-se em maio com entidades representantes do serviço público, como a Fasubra, e informou que se disporia a apresentar um substitutivo se houvesse critérios limitadores capazes de ganhar apoio da sociedade. O deputado também pediu que o texto fosse consenso entre as entidades, com limites claros quanto ao público, vagas e processo.

Como ficou a proposta?

As entidades se reuniram e produziram uma proposta de substitutivo com alterações no texto constitucional. Por exemplo, no artigo 37 da Constituição, que seria acrescido de incisos como:

"O provimento em cargo dentro da mesma carreira ou em cargo de carreira diversa, dentro de um mesmo poder, esfera de governo e áreas finalísticas será por habilitação e classificação em concurso interno de provas e títulos para ascensão funcional, com caráter classificatório e eliminatório, limitada a cinqüenta por cento da totalidade das vagas, na forma a ser fixada nas Diretrizes de Planos de Carreira – DPC."

Poderão concorrer à ascensão funcional (...) todos os servidores providos em cargo público efetivo ou emprego público permanente que comprovem o exercício de pelo menos 10 (dez) anos de serviço público (...) e comprovem estar em efetivo exercício há pelo menos 5 (cinco) anos no último cargo ou emprego público permanente ocupado no momento da inscrição.

Os concursos internos de ascensão funcional serão organizados adotando-se igual grau de complexidade aplicado ao concurso público externo voltado ao provimento das vagas remanescentes".

Fasubra discute proposta

Para disseminar informações e discutir a proposta, a Fasubra organizou um seminário, dia 13, em Brasília. O GT-Carreira do SINTUFRJ enviou quatro delegados. Depois, a proposta será enviada à direção da Federação, que a levará à aprovação de plenária. Após a aprovação pelas entidades, o projeto entra no Congresso para tramitação.

Segundo Vânia Gonçalves, coordenadora da FASUBRA que apresentou o tema no seminário, a direção iria resgatar o projeto de Carreira elaborado pela categoria em 1994, que previa a ascensão funcional e depois o plano do Cargo Único, em que o servidor poderia se deslocar dentro da carreira porque esta era composta, como o nome já dizia, de um cargo só. Mas hoje a Carreira aprovada tem 351 cargos e precisa, portanto, de um mecanismo de ascensão de um cargo a outro.

Os coordenadores apresentariam a minuta elaborada pelas entidades, expondo as polêmicas e explicando que não é um projeto só da FASUBRA, que vai abranger todo o serviço público federal, e que as entidades têm que buscar o consenso: "Deu para construir até alguma coisa interessante que não foge muito ao que a FASUBRA propõe. Queremos a aprovação de um projeto de ascensão para a carreira do serviço público federal. Agora, na construção desse processo, queremos ver quais são os limites, o que consideramos aceitável abrir mão ou o que para a gente é fundamental, o que é negociável e o que é inegociável entre as categorias."

Polêmicas - Entre as polêmicas do projeto está, por exemplo, a questão da cota de vagas que a instituição poderá reservar ao concurso interno e externo. Há categorias que defendem que seja de 30% e outras, 50%. A Fasubra não tem deliberação de plenária, mas em debate na reunião da direção chegou-se ao entendimento de que a cota de 30% seria razoável. "É por isso também que o seminário foi convocado, a categoria tem que opinar", explicou Vânia.

Outra polêmica refere-se ao tempo de serviço público e no cargo com o qual o servidor pode solicitar ascensão. A Fasubra defendia o prazo de quatro anos para ambos. Mas não há acordo com outras entidades.

Por isso é preciso negociação. "Depois, vamos disputar o projeto dentro do Congresso e precisamos do apoio da população. Não queremos que o projeto fique parecendo trem da alegaria, mas sim realmente de ascensão."

Foto: Samuel Tosta

Posse na CUT-RJ

Uma solenidade na sexta-feira, 7 de julho, no auditório do Sindicato dos Bancários, empossou a nova diretoria da seção fluminense da Central Única dos Trabalhadores. Neuza Luzia, ex-coordenadora do SINTUFRJ, assumiu a presidência da entidade. O vice-presidente é o bancário Darby Igayara. Neuza sucedeu Jayme Ramos. A posse foi prestigiada pelo presidente nacional da CUT, Artur Henrique Silva.

OPINIÃO

Sucessão na creche

Jéferson Salazar*

O fato é que os pais não foram consultados sobre a indicação da nova diretora da creche, assim como a grande maioria dos funcionários da instituição.

Foi o que ficou evidente na reunião da Associação de Pais e Amigos da Creche Universitária (APAC) com o pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso Mariz, e o superintendente Roberto Gambine, na segunda-feira, 10 de julho. A imposição de uma professora da Faculdade de Educação pela Reitoria nos leva a intuir que há um projeto ou intenção, ainda que não definido, de vincular a creche à Faculdade de Educação. Esperamos que daqui há algum tempo os filhos de servidores desta Universidade não tenham que disputar vagas na creche através de sorteio público com a comunidade externa, a exemplo do Colégio de Aplicação. Reafirmamos que a creche representa uma conquista dos servidores da UFRJ, em especial da mulher trabalhadora.

Os pais chegaram a ser chamados para uma discussão sobre a sucessão da ex-diretora da creche, Veloni Vicentini, e acreditaram que os ventos da democracia estavam finalmente chegando à instituição. Mas com a indicação unilateral da nova diretora, Eliana Bhering, pela PR-4, eles se sentiram usados como massa de manobra, já que as decisões estavam sendo tomadas independente das suas opiniões. É fato que os pais sempre foram excluídos das decisões na creche e, em especial, da formulação do "projeto pedagógico" que está sendo discutido há mais de um ano e meio e que trata da educação dos seus filhos. Até agora não leram uma vírgula do que foi produzido ao longo de todo este tempo. Aos pais sempre foi reservado o papel de meros expectadores, apesar dos protestos. Velhas práticas...

> *É fato que os pais sempre foram excluídos das decisões na creche*

Acordo rompido

Na reunião realizada com a APAC, a PR-4 explicou os motivos da indicação unilateral da nova diretora. Mas os motivos apresentados não justificam o rompimento de um acordo, o que caracteriza uma prática antidemocrática. O saldo positivo da crise foi o pró-reitor Luiz Afonso e o superintendente Roberto Gambine assumirem o compromisso de escutar a APAC quinzenalmente, em reuniões com a participação da nova diretora, Eliana Bhering. Mas essas reuniões só serão importantes de fato se efetivamente a APAC for ouvida.

O histórico das reuniões da APAC com a PR-4 e a direção da creche é recheado de exemplos que não avalizam os atuais acordos firmados. Alguns exemplos de acordos não cumpridos: publicação de edital para preenchimento das vagas ociosas; acompanhamento dos pais no processo de seleção de professores para a creche; participação dos pais no projeto pedagógico da creche; participação dos pais em reuniões internas da creche; participação dos pais na proposta de alteração do regimento da creche; participação dos pais na elaboração do calendário anual de atividades; participação dos pais na proposta de inclusão da creche no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRJ e, por último, participação dos pais no processo de indicação da nova direção da creche.

> *Aos pais sempre foi reservado o papel de meros expectadores*

Neste momento, a nova diretora assumiu o compromisso de abrir canais de diálogo e participação dos pais na vida da creche, em reunião realizada na quinta-feira, 13. Em face deste gesto, esperamos que não mais ocorram ações sem a participação dos pais, através da sua legítima representação, a APAC. Ainda que a nova direção da creche possa ter boas intenções, isso por si só não basta e os pais querem mais. Querem participar. Não se pode dar uma carta branca nem à PR-4 nem à nova diretora. Afinal, a creche atende crianças com até seis anos de idade e os principais responsáveis pela sua boa educação são os pais. E estes estão prontos a contribuir, mas exigem participação em todos os processos de decisão e respeito aos acordos firmados, sendo certo que não trabalharão para desestabilizar a nova direção, porém, não aceitarão passivamente decisões isoladas que possam vir a influir sobre a vida de seus filhos. Em resumo: apesar do histórico dos acordos firmados e não cumpridos, os pais não tratarão a PR-4 e nem a nova direção da creche com desconfiança, mas estarão vigilantes.

Que os acordos firmados agora sejam honrados para que possamos celebrar tempos de transparência e participação democrática. Esperamos novos tempos...

**Jéferson Salazar é vice-presidente da APAC e coordenador de Comunicação Sindical do SINTUFRJ.*

CARREIRA

Ministro aponta limites

A direção da Fasubra registrou para o ministro da Educação, Fernando Haddad, em reunião no dia 10, que os servidores das IFES têm os menores salários do funcionalismo federal – tanto piso quanto teto. Ao ministro foi dito ainda que o VBC (vencimento básico complementar) foi instituído de forma emergencial, com perspectiva de solução ainda em 2005. Acabou que parcela significativa da categoria – 56 mil trabalhadores – está com salários congelados sem que se encontre uma saída para o VBC. A Fasubra quer discutir alternativas para a evolução da tabela e para a instalação do GT de terceirização e perguntou se o MEC pode negociar para 2007 e dar conseqüência às alternativas dos grupos de trabalho ao VBC. Haddad disse que o MEC entende que o Projeto de Carreira precisa de ajustes, mas lembrou que o ano é eleitoral e os recursos são limitados.

Foto: ABr

MINISTRO. Haddad falou dos limites do governo à Fasubra

UFRJ: Alcoolismo provoca afastamento do trabalho

Levantamento da Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST) realizado em 2004, 2005 e no primeiro semestre deste ano revela que o alcoolismo é uma das causas do elevado número de afastamento do trabalho na UFRJ. De acordo com a diretora da divisão, Vânia Glória, a maioria das 139 licenças médicas concedidas no período com este diagnóstico foi para técnicos-administrativos. Esse dado não significa que docentes da Universidade não sofram com a doença, apenas procuram menos a DVST para tratar dos seus problemas de saúde.

VÂNIA. O alcoolismo tem que ser atacado de forma direta e clara

Comparando esses números com a estimativa nacional, segundo a qual de 10% a 20% da população sofre com alcoolismo, o quadro na UFRJ até que não é tão alarmante, avalia Vânia Glória. Mas o que preocupa a equipe da DVST é a possibilidade de as pessoas estarem subnotificando os problemas relacionados ao alcoolismo. E os motivos, segundo a diretora, podem ser vários, desde o próprio servidor não querer ser ajudado por diversas razões até o chefe, os colegas de trabalho ou a família não estarem encarando, ainda, o uso abusivo de álcool como um problema de saúde.

MASCARAR NÃO É BOM NEGÓCIO - Ela orienta que sejam observados os sinais do uso abusivo ou não de álcool durante o horário de trabalho, quanto a sua freqüência e se há alterações que denotem o início de problemas. "Este quadro pode significar que precisamos de uma intervenção de profissionais de saúde para que não avance a um nível que talvez não haja mais o que fazer pelo funcionário".

Segundo Vânia Glória, chefe e os colegas de trabalho nunca devem se comportar deixando a pessoa que está com o problema "quietinha", abonando as faltas e não tocando no assunto. Esse comportamento não ajuda em nada a situação do alcoolista, só prejudica, disse. O certo é encaminhar o funcionário a um serviço de saúde para que este se recupere de forma efetiva enquanto há tempo, evitando o licenciamento e, conseqüentemente, a aposentadoria por invalidez.

Doença (incurável) tem tratamento

A dependência do indivíduo ao álcool, o alcoo-lismo, é considerada como doença pela Organização Mundial da Saúde. "O uso constante, descontrolado e progressivo de bebidas alcoólicas pode comprometer seriamente o funcionamento do organismo, levando a conseqüências irreversíveis, não somente no fígado, mas no cérebro, no coração, no sistema nervoso central e periférico, no estômago e em outras partes do corpo", acrescentou Vânia Glória.

O alcoolismo é uma doença incurável e progressiva até mesmo em períodos de abstinência. Porém, tem tratamento. "A pessoa dependente do álcool, além de prejudicar a sua própria vida, acaba afetando a família, os amigos e colegas de trabalho. Um indivíduo pode tornar-se alcoolista devido a um conjunto de fatores, incluindo a predisposição genética, estrutura psíquica, influências familiares e culturais", alertou.

A diretora da DVST apresentou uma recente estatística que comprova como o álcool está presente de forma cada vez mais alarmante nas sociedades. "Hoje o alcoolismo atinge 14% da população dos Estados Unidos e, no Brasil, estima-se que entre 10% e 20% dos brasileiros sofram desse mal". Além de estar associado à desagregação familiar, às perdas materiais e ao desequilíbrio emocional, segundo Vânia Glória, o álcool é responsável por 60% dos acidentes de trânsito nas cidades brasileiras e aparece em 70% dos laudos cadavéricos das mortes violentas.

Como tratar

A forma mais correta para tratar a questão, de acordo com Vânia Glória, é abordar o problema de forma clara com a pessoa e também com a sua família e encaminhá-lo à DVST ou a um serviço especializado de atendimento em alcoolismo. Ela considera razoável a internação no período em que o funcionário estiver intoxicado para que seja desintoxicado. Em outros casos o uso de medicamentos e o atendimento por uma equipe multidisciplinar, além de licença médica, podem ser o caminho mais adequado. No entanto, tão logo recupere sua capacidade de trabalho, ela recomenda que o trabalhador em questão retorne às suas atividades.

Atualmente os que necessitam de atendimento em alcoolismo são encaminhados pela DVST ao Hospital-Escola São Francisco de Assis (Hesfa), na Avenida Presidente Vargas. Lá são acompanhados pelo Centro de Estudos, Prevenção e Reabilitação do Alcoolismo (Cepral) ou levados para o Instituto de Psiquiatria Deolindo Couto, na Praia Vermelha, onde fica o Pólo de Saúde Mental do Trabalhador da UFRJ. Quem faz o acompanhamento de retorno ao trabalho ou verifica necessidade de licença médica é a equipe de serviço social da DVST.

Alcoólicos Anônimos – O Grupo Cidade Universitária realiza reunião todas as quartas-feiras, das 15h às 17h, na subsede do SINTUFRJ no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.

Ocupação social do campus

PDI prevê a cessão de uso de áreas para comércio, estádio de futebol e centro de convenções

Foto: Niko

FUNDÃO. Imagem do campus registrada por lentes postas atrás de janela gradeada do Centro de Tecnologia

Cancelas, cabines e câmeras são parte das tentativas da administração de reduzir o índice de insegurança no campus do Fundão. Mas no momento em que a universidade começa a discutir o seu Plano Qüinqüenal de Desenvolvimento Institucional (PDI), cabe destaque para olhares diversos sobre o problema. Há quem defenda a implantação de políticas mais amplas que os meios repressivos, como a ocupação social do campus e a criação de mecanismos de convivência com as comunidades do entorno da Universidade.

Carlos Vainer, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ e Laura Tavares, pró-reitora de Extensão (PR-5), entendem que, além das providências de vigilância e repressão que cercam o campus, o debate sobre a segurança pode ganhar novas dimensões.

Vainer coordena pesquisas de conflitos sociais resultantes da implantação de grandes projetos e movimentos sociais urbanos. Ele é contrário ao que chama de campus de segurança máxima. Para ele, quanto mais se prioriza a adoção de medidas de segurança máxima, mais ficamos isolados da cidade. "O ideal é um campus que faça parte da cidade e que a cidade reconheça como seu", diz ele, criticando o projeto de concepção da Cidade Universitária: uma ilha, com uma idéia de campus isolado.

"Sou favorável à urbanização da ilha do Fundão no sentido pleno", acrescenta Vainer. Portanto, a ilha poderia conter comércio, bairro residencial e todo um mobiliário que, levando ao aumento da densidade no campus, culminaria com o aumento da segurança. Ele cita a USP (Universidade de São Paulo), que tem, por exemplo, hotel e centro de convenções. Além disso, segundo aponta, cada prédio é uma ilha dentro da ilha. Portanto, interliga-los também é um fator de segurança.

INTEGRAR A COMUNIDADE – Para a pró-reitora Laura Tavares, a situação da UFRJ não é isolada do resto da cidade, em que faltam a presença do Estado e políticas sociais, o que gera uma parte da violência. Ela acha que tem que se pensar em segurança, mas com elementos distintos da mera repressão: "Tem que ter vigilância treinada e equipada, além de uma ocupação como espaço de lazer e de sociabilidade." Um dos eixos prioritários da PR-5, segundo ela, é a ocupação da ilha com vistas aos programas desenvolvidos na UFRJ, cujo centro é a integração com a comunidade: "A idéia é ocupar socialmente o ambiente da ilha com espaços de lazer e atividades que tornem, por exemplo, o fim de semana agradável."

Ela conta que já há um projeto integrado sendo desenvolvido pelo Escritório Técnico da Universidade, que abre as fronteiras do campus para que a população perceba o espaço da Universidade como seu. "Várias frentes já estão abertas", diz a pró-reitora, lembrando o bem sucedido "Conhecendo a UFRJ", em que milhares de estudantes de segundo grau – muitos das escolas da região – conviveram por dois dias nos espaços da Universidade. Ela cita ainda o Centro de Referência da Mulher, um projeto coordenado pelo CFCH com atuação na Maré, ou o projeto multidisciplinar que integra extensão, ensino e pesquisa e envolve 40 unidades, funcionários, professores e estudantes em programas para a comunidade da Vila Residencial. "Pessoas moram aqui. São os primeiros interessados e o perfil dessa população que não é só de funcionários", lembra Laura.

PDI prevê urbanização

A Reitoria está promovendo discussões em centros e unidades sobre o Plano Qüinqüenal de Desenvolvimento Institucional. Ao fim dos debates o reitor Aloísio Teixeira o levará ao Consuni, talvez no segundo semestre. O PDI contempla metas quanto à urbanização do campus, como um plano de utilização das áreas ociosas e a realização de contatos com autoridades federais, estaduais e municipais para desenvolver um plano de melhoria da infra-estrutura urbana das áreas. O PDI quer definir políticas para a permissão de uso das áreas da UFRJ e prevê a elaboração de projetos para a Biblioteca Central do Fundão e para um grande auditório e arquivo central, e a construção de prédio para administração central. Prevê ainda estudos para formulação de edital de licitação para cessão de uso de áreas comerciais no campus como estádio de futebol, centro de convenções, arena olímpica, hotel de trânsito e *shopping*.

"O ideal é um campus que faça parte da cidade e que a cidade reconheça como seu"
Carlos Vainer

"A idéia é ocupar a ilha com espaços de lazer e atividades que tornem o fim de semana agradável"
Laura Tavares

Lobby privado ataca reforma

Parlamentares ligados à rede particular apresentam maioria das emendas

Das 368 emendas apresentadas pelos deputados ao projeto de reforma universitária em tramitação na Câmara Federal, a maioria é de parlamentares ligados ou que representam o setor privado. O campeão de emendas é Gastão Vieira (PMDB-MA) com 94 emendas. Por parte da esquerda, apenas 51 emendas defendem as reivindicações dos movimentos organizados. São elas dos parlamentares Alice Portugal (PCdoB-BA), 25 emendas, Ivan Valente (PSOL-SP), 18 emendas, Carlos Abicalil (PT-MT), 7 emendas, e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), 1.

"Nós vamos ser massacrados", desabafou o coordenador-geral da Fasubra, Paulo Henrique, ao saber da avalanche de emendas. "Foi uma irresponsabilidade do governo mandar o projeto para o Congresso diante da atual conjuntura e ainda retirar várias questões acordadas com os movimentos", avaliou o dirigente. Particularmente, ele disse que a saída terá de ser barrar o projeto. Segundo Paulo Henrique, a Fasubra ficou de discutir a questão em sua plenária nacional realizada nos dias 14 e 15 de julho.

PROJETO DA FASUBRA – No contexto adverso desta reforma, pelo menos alguns capítulos do projeto "Universidade Cidadã para os Trabalhadores" foram incorporados pelo deputado Ivan Valente em suas emendas. São aqueles que tratam da autonomia universitária, a de gestão financeira e patrimonial, e também o referente à questão do financiamento das Instituições Federais e a liberdade para executarem o seu orçamento de forma global e o repasse da União em duodécimos mensais. O deputado propõe também emenda aditiva ao artigo 15 que trata do exercício da autonomia incluindo 17 itens do projeto da Fasubra. E acrescenta outro artigo inteiro criando e definindo o Conselho de Administração.

A deputada Alice Portugal, por sua vez, coloca em uma de suas emendas o respeito aos planos de carreira nacionais de docentes, servidores técnicos e administrativos. E resgata uma reivindicação histórica da comunidade universitária, que é a paridade entre docentes, servidores técnicos e administrativos e estudantes nas instâncias de decisão das universidades. Ela propõe também uma emenda aditiva que retoma o Orçamento Global e o repasse dos recursos da União em duodécimos mensais

O projeto de lei do governo para a reforma da educação superior foi enviado dia 8 de junho para ser votado em regime de urgência. O projeto teve três versões e ainda sofreu alterações pelo Executivo antes de ser mandado para o Congresso Nacional. Na sua última e definitiva formulação, o projeto sofreu críticas tanto dos movimentos quanto dos parlamentares. A manutenção da lista tríplice para escolha do reitor e a restrição à autonomia universitária são algumas delas.

A Vale do Rio Doce é nossa!

Campanha pela reestatização da empresa ganha espaço em várias capitais

Pelo Brasil a fora estão sendo organizados comitês para a Campanha pela Reestatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Os comitês são apoiados pela Frente Parlamentar em Defesa do Patrimônio Público, que foi criada em função da decisão da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal, de Brasília, de rever a privatização da Companhia e pela instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das privatizações. Em São Paulo, Pará, Paraná e Santa Catarina, os comitês já estão funcionando; no Rio de Janeiro, segundo o informativo da CUT-RJ, haverá um ato público no fim de julho, e o local será definido.

Segundo o assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Frei Gilvander Moreira, a Vale do Rio Doce é a segunda maior empresa brasileira e estrategicamente decisiva para o futuro do país. "A CVRD foi vendida em 97 a preço de banana, subavaliada, por R$ 3,3 bilhões, o equivalente ao lucro líquido da empresa somente no segundo trimestre de 2005, que foi de R$ 3,5 bilhões. Apenas em 2004, os lucros da empresa alcançaram o patamar de 6,4 bilhões de reais, e a previsão para 2005 foi de 12,5 bilhões de reais", diz.

De acordo com o Frei Gilvander, o processo de privatização da CVRD está cheio de irregularidades. "A deputada federal Dra. Clair da Flora Martins (PT-PR), em ação na justiça, afirma que a privatização foi conduzida à margem da lei e por isso está pedindo a nulidade dos editais da privatização. O fato de o banco de investimentos Merrill Lynch, gigante estadunidense do mercado financeiro, ter feito a avaliação do edital, foi questionado porque não tem como esse banco ser imparcial."

O Frei defende que na época da privatização 70% dos brasileiros se mostraram contrários à venda da empresa. "Agora, é preciso ir às ruas exigir a devolução da gigante da mineração que nos foi tirada. Se o povo tomar consciência da força que tem não só terá seu patrimônio de volta como governos corruptos pensarão duas vezes antes de cometer tamanhas falcatruas", diz. Já está instalada a CPI das Privatizações no Congresso Nacional com o objetivo de investigar todo o processo de privatização conduzido durante o governo FHC e o PSDB.

A cor da polêmica

Discussão sobre cotas e igualdade social divide opinião na UFRJ

Apressão contra a aprovação da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Ra-cial, em tramitação na Câmara Federal, que resultou na troca de manifestos com posições contrárias, reacendeu a polêmica sobre a questão. Uma semana após a manifestação contra as leis, no dia 4 de julho outro manifesto rebateu os argumentos apresentados. Os dois documentos traziam entre seus signatários professores da UFRJ. Nesta universidade esta discussão também é polêmica. O próprio Conselho de Ensino de Graduação (CEG) rejeitou no ano de 2004 a política de cotas para o vestibular. Em documento, o órgão reconheceu condições desiguais de escolarização no Brasil, mas afirmou que a solução é investimento contínuo em ensino de qualidade. No entanto, a controvérsia sobre o sistema de cotas para acesso ao ensino superior continua dividindo opiniões na UFRJ. O Jornal do SINTUFRJ ouviu dois professores com posições claras, tanto contra quanto a favor.

Cotas não são prioridade

O professor Marcelo Correa e Castro, doutor em Educação da UFRJ, é enfático ao dizer que o governo não tem que fazer uma política de cotas. Na sua opinião, é necessário, sim, que o governo realize uma política educacional para valer de inclusão, mas a prioridade não é a cota. "A prioridade não é estabelecer cotas. É preciso construir uma estrutura confiável para oferecer uma educação pública, gratuita e de qualidade, também no nível básico a todos os cidadãos."

Para Marcelo, que atualmente é decano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), a política de cotas oferece mais riscos ao desenvolvimento de uma sociedade igualitária e democrática do que benefícios. "Ao estabelecer cotas, podemos achar que está se chegando a uma suposta igualdade. Com isso, destruímos a mobilidade verdadeira da sociedade e criamos uma falsa mobilidade. O sujeito que entra para a universidade não necessariamente irá encontrar trabalho. Significa uma falsa inclusão."

O professor, que acaba de deixar a direção da Faculdade de Educação, como conselheiro do CEG em 2004 defendeu a rejeição da política de cotas na UFRJ. "O sistema de cotas não pode ser uma política de Estado. Como conselheiro do CEG defendi isso. Ninguém sustentou cotas para mulheres e hoje elas ocupam seu espaço em vários campos, inclusive em cargos de chefia. Elas abriram seu caminho por si só."

Cotas não podem ser política de Estado

Marcelo avalia que é compreensível que os afro-descendentes se organizem e façam suas reivindicações, mas afirma ser uma incoerência o governo dar prioridade às cotas e promover políticas compensatórias. "Gera uma falsa inclusão. É fingir que não existe conflito."

"Um racismo primário"

Muniz Sodré, doutor em Comunicação, critica com acidez a iniciativa contra as cotas. Ele foi um dos signatários do manifesto a favor. Para Sodré, a questão é mais complexa e envolve "um racismo primário".

"Não se trata apenas de educar o sujeito e pensar que ele vá vencer na vida. Trata-se de dar visibilidade aos estratos largos da população afro-brasileira", afirma Muniz Sodré. Segundo ele, a relação de poder político existente na sociedade influi no debate e mostra como a ocupação do negro na cena pública é uma ameaça à classe dominante.

"O negro não tem visibilidade na cena pública brasileira como pessoa. É assim na universidade. Procure na Escola de Comunicação (ECO) onde eu dou aula há 30 anos e veja quem é o estudante negro. Tem dois africanos e um ou outro que conseguiu romper a barreira. Qual professor negro que a ECO tem? Eu sou o único crioulo. A questão da visibilidade é política."

Para o professor, que assumiu a direção da Biblioteca Nacional este ano, vive-se no Brasil um colonialismo interno em que a cor é uma vantagem patrimonial. "Porque determinados segmentos têm mais facilidade na seleção do emprego? Se é escuro já há de cara resistência", testemunha. Para combater esta realidade, Muniz Sodré afirma que a cota se levanta como arma, "mesmo que provisória".

Qual o professor negro que a ECO tem?

O intelectual sustenta que as cotas não são concessão de cima para baixo. "É resultado de uma luta do movimento civil, é uma questão de direito civil. Não é nenhuma grandiosidade das classes dirigentes dominantes. É uma conquista que parece agora que o governo está recuando."